

# Ministra vai apresentar projeto da nova prisão no início de julho

O projeto de construção do novo estabelecimento prisional na ilha de São Miguel vai ser apresentado a 3 de julho, em Lisboa. Vai integrar o modelo tipo dos novos estabelecimentos prisionais que estão a ser desenhados por uma Universidade

EDUARDO RESENDES



Ministra conheceu vantagens do TEP nos Açores

LUÍS PEDRO SILVA  
lsilva@acorianooriental.pt

A Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, visitou ontem o novo Tribunal de Execução de Penas (TEP), que ficou instalado em Vila Franca do Campo e aproveitou para anunciar que vai revelar, no início do próximo mês, o projeto para a construção do novo estabelecimento prisional na ilha de São Miguel.

A apresentação do “projeto tipo” para os novos estabelecimentos prisionais que vão ser construídos a nível nacional vai decorrer a 3 de julho, em Lisboa.

Os projetos foram realizados pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e o modelo que será construído na ilha de São Miguel será replicado também noutras regiões de Portugal.

A Ministra da Justiça pretende aproveitar o período de dois anos para a remoção da bagacina para concluir o projeto de arquitetura e especialidades de engenharias da nova prisão.

Desta forma, quando estiver limpo o terreno escolhido pelo Ministério da Justiça, que foi cedido pelo Governo Regional dos Açores, vai estar tudo pronto para se lançar o concurso público para a construção da nova prisão.

Nesta fase, está a ser concluído o processo de adjudicação da remoção da bagacina do terreno da Mata das Feiticeiras, no concelho da Lagoa.

A obra foi inicialmente atribuída ao consórcio Casanova/Almérico e Cordeiro, mas foi apresentado um protesto do consórcio Tecnovia/Marques ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça.

“Esta situação é perfeitamente normal, porque a contratação pública tem regras. Seria previ-

## Projeto da nova prisão está a ser preparado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

sível que os trabalhos já estivessem a decorrer. Neste momento, já houve uma segunda decisão, e contamos que, em breve, se possa iniciar a remoção das bagacinas”, indicou Francisca Van Dunem

A Ministra da Justiça reconhece que durante a fase da escolha do terreno, a remoção da bagacina e a elaboração do projeto, existe a perceção pública de que “isto vai demorar muito



Francisca Van Dunem abordou realidade local com o juiz Moreira das Neves e o Procurador João Paulo Carreira

## Protesto pacífico dos oficiais de justiça durante a visita de Francisca Van Dunem

A ministra da Justiça foi recebida com um protesto pacífico de três oficiais de justiça, delegados sindicais, que pretenderam manifestar o seu descontentamento com direitos laborais. António Salgueiro, representante do Sindicato dos Funcionários Judiciais, explicou que pretendeu “chamar a atenção para os problemas dos oficiais de justi-

tempo”, por isso, pretende acelerar ao máximo o processo para a o lançamento da obra.

### Reforço de inspetores da PJ e procuradores do MP

A Ministra da Justiça aproveitou para anunciar que está em curso a contratação de inspeto-

res”, nomeadamente a negociação do Estatuto Profissional que já deveria estar decidido. “Andamos uma legislatura em negociações e chegou-se ao fim e não foi revisto o Estatuto”, frisou. A ministra da Justiça revelou que o Estatuto dos Oficiais de Justiça não será revisto nesta legislatura e apenas admite uma mudança no próximo ano.

res que vão permitir aumentar em 25 por cento o quadro de investigadores criminais da Polícia Judiciária.

A medida visa repor a saída de muitos inspetores ao longo dos últimos anos e garantir a continuidade da eficiência deste órgão de investigação criminal.

Também está prevista a entrada de mais procuradores para o Ministério Público, com o objetivo de recuperar o número de magistrados ligados à investigação criminal.

“Durante quatro anos os ingressos no CEJ estiveram bloqueados. A partir do momento em que iniciei funções no Governo procurei normalizar a realização de cursos de magistrados. Durante os dois primeiros anos foi dada preferência ao Ministério Público. A falta de recursos não se pode resolver no imediato, porque os magistrados precisam de complementar um curso de formação. Num prazo relativamente curto, o Ministério Público vai estar pronto para dar a resposta que precisa em todas as jurisdições”, explicou a ministra da Justiça. ♦